

Tecnologia & Exclusão: o papel dos consórcios nacionais e internacionais no desenvolvimento da educação à distância, como instrumentos de democratização na produção de conhecimentos.

Aluizio Belisário¹ & Raquel Villardi²

Como introdução à temática tratada neste artigo, parece oportuno citar um pequeno trecho de um texto escrito há mais de 150 anos que, com apenas algumas palavras trocadas para dar um tom mais contemporâneo, torna-se assustadoramente atual:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a globalização (burguesia) invade todo o planeta (globo). Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a globalização (burguesia) imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos protecionistas (reacionários), ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas empresas (indústrias) nacionais foram destruídas, e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas empresas (indústrias), cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações modernas (civilizadas), empresas (indústrias) que não empregam mais insumos (matérias-primas) autóctones, mas sim insumos (matérias-primas) vindos das economias mais diversas (regiões mais distantes), e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional (pelos produtos nacionais), nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e das culturas mais diversas (dos climas mais diversos). Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras culturas (literaturas) nacionais e locais, nasce uma cultura (literatura) universal.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a globalização (burguesia) arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais atrasadas (bárbaras). Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os reacionários (bárbaros) mais tenazmente hostis à modernidade (aos estrangeiros). Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem-na (a adotarem o modo burguês de produção), constrange-as a abraçar o

¹ Aluizio Belisário é Doutorando em Educação - UERJ, Mestre em Administração Pública – EBAPE/FGV, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Membro da Câmara Técnica de Educação à Distância – CATED/UERJ, Coordenador do Laboratório de Educação à Distância – LEAD/UERJ, Coordenador do Curso de Administração – Consórcio das Universidades Públicas do Rio de Janeiro para Educação à Distância – CEDERJ, Membro do Conselho de Representantes da UNIREDE (Rede Nacional de Educação à Distância) – Coordenador do Pólo Tecnológico da Universidade Cândido Mendes.

² Raquel Villardi é Licenciada, Mestre e Doutora em Letras, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, Sub-Reitora de Graduação da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento em EAD/UERJ.

que ela chama civilização, isto é, a se tornarem globalizadas (burguesas). Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem a semelhança.

A globalização (burguesia) submeteu a província (o campo) à cidade. Criou grandes sociedades urbanas (centros urbanos); aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida provinciana (rural). Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países subdesenvolvidos (bárbaros) aos países avançados (civilizados), subordinou os povos atrasados (camponeses) aos povos pós-industriais (burgueses), o Oriente ao Ocidente.

A globalização (burguesia) suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Países (Províncias) independentes, apenas ligados por débeis laços de acordos econômicos multilaterais (federativos), possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, estão sendo reunidos sob a égide de uma só economia, um só governo, uma só lei, uma só política tarifária, um só interesse dominante (foram reunidas em uma só nação, com um só governo. uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária)³.

Da globalização

Olhando-se o cenário mundial de relações econômicas, políticas e sociais entre as nações, percebe-se que as coisas não mudaram muito no último século: o mesmo quadro de desigualdade e exploração dos primórdios do capitalismo, conformando uma sociedade caracterizada centralmente por uma estrutura de dominação resultante de uma relação econômica de produção fundada na propriedade privada dos meios-de-produção, estrutura esta mantida, reproduzida e ampliada pela utilização de instrumentos ideológicos cada vez mais sofisticados, interdependentes e independentes, como afirma Milton Santos: “a máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema”⁴.

Dentre as inúmeras definições de globalização, pode-se destacar a proposta por Milton Santos, incorporando as técnicas de informação à questão econômica:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista... no fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista, Ediciones Pluma, Buenos Aires, 1974. p. 67-69

⁴ SANTOS, Milton (2003). p. 18.

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.⁵

Das Tecnologias de Informação e Comunicação e a Exclusão

No mundo atual as fronteiras físicas entre os países vem se tornando cada vez mais voláteis, fazendo surgir os “estados virtuais”⁶, onde o contingente de excluídos aumenta a cada dia por conta dos efeitos desta globalização, particularmente por aqueles efeitos oriundos dos avanços tecnológicos nas áreas da informação e da comunicação, com conseqüências inevitáveis no campo cultural e educacional.

No campo da pesquisa científica (nas ciências físicas ou nas ciências sociais) já se observa uma a colaboração entre pesquisadores que ultrapassa as fronteiras territoriais, lingüísticas e ideológicas, proporcionando um avanço sem precedentes na história da humanidade.

No campo comercial, a criação de “empresas virtuais” que se dedicam a estocar e distribuir produtos adquiridos via Internet, já é uma realidade a preocupar governantes e empresários, seja em função da coleta de impostos, seja em função da evasão de divisas dos países mais pobres a partir de uma competição desigual.

⁵ Idem, p. 23-24.

⁶ SARDENBERG, Ronaldo (1996).

O autor defende a idéia da existência dos estados virtuais como exemplo do fim das fronteiras físicas: “Estado virtual, segundo Rosencrance, é o que reduz a capacidade produtiva em seu território, aquele cuja economia depende de fatores móveis de produção. Trata ele obviamente de países desenvolvidos, cujo aparato produtivo já se localiza crescentemente fora de suas fronteiras. Nesta nova caracterização reaparece, no universo ortodoxo de discussão, a perturbadora divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos.

As empresas do Estado virtual se especializam em serviços sem os quais a produção é inviável, até por não encontrar mercado, ao passo que tendem a manter em suas sedes os segmentos industriais, como o dos componentes eletrônicos, que agregam muito valor ao produto final. Entre esses serviços estratégicos estão pesquisa e desenvolvimento, consultoria, desenho industrial, embalagem, financiamento e comercialização de novos produtos. A partir das sedes se formam ainda as políticas de fusões e aquisições. como nota Rosencrance.

No sentido próprio, a corporação “virtual” é a que prefere não contar com linha de montagem própria. É a que subcontrata linhas de montagem de propriedade de outras empresas. Pode também ser aquela que dispersa globalmente suas unidades produtivas de acordo com o princípio das vantagens comparativas, já havendo casos em que praticamente 100% das atividades fabris de uma corporação estão localizadas no exterior.

A “internacionalização do sistema produtivo” se traduz na prática pela produção no exterior - a custos mais baixos - para venda no mercado mundial. Tornou-se possível por não mais subsistir a “ameaça” comunista. “Ameaça” agora é apenas o que dificulta a internacionalização.”

É bem verdade que o “interesse comercial” deve sobrepor-se a uma “virtualização excessiva” impondo limites através de barreiras alfandegárias e outras medidas; do contrário, como impedir que um consumidor busque nas “empresas virtuais” situadas em outros países os produtos que deseja, relegando a um segundo plano a indústria e o comércio nacionais. De qualquer modo, com ou sem a intervenção do “interesse comercial”, está em construção um novo mundo a ser explicado, entendido e assimilado, e com ele grande quantidade de excluídos, face às novas tecnologias de comunicação, como já aconteceu anteriormente com a escrita, o telefone e a televisão, mas também devido às ainda relativamente caras e sofisticadas formas de acesso e integração a este mundo, como afirma Pierre Lévy:

O acesso ao ciberespaço exige infra-estruturas de comunicação e de cálculo (computadores) de custo alto para as regiões em desenvolvimento. Além disso, a apropriação das competências necessárias para a montagem e manutenção de centros servidores representa um investimento considerável.⁷

Esta exclusão não ocorre apenas com indivíduos, mas também e principalmente de nações inteiras, seja por conta dos fatores acima mencionados, seja pela divisão de trabalho gerada pelo capitalismo internacional, que alija grande parte dos países da pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta – principalmente as denominadas tecnologias de informação e comunicação, deixando-os à margem deste “novo mundo” e condenando sua população a uma dependência ainda maior. Acrescente-se a isto as diferenças regionais dentro destes países e temos um agravamento do quadro de exclusão social no mundo, criando fossos quase intransponíveis a separar pessoas, regiões e países.

Aqui, vale a pena citar, mais uma vez, Milton Santos:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.⁸

⁷ LÉVY, Pierre (1999). p. 236.

⁸ SANTOS (2003). p. 38-39.

Embora este novo mundo venha sendo denominado por muitos estudiosos, como “sociedade da informação”, por conta do avanço e disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação, a denominação de “sociedade em rede”, proposta por Castells⁹ parece mais adequada, até porque, como o próprio Castells afirma: “num certo sentido, todas as economias são economias baseadas no conhecimento e todas as sociedades são, em sua essência, sociedades da informação”¹⁰.

Castells¹¹ vê o informacionalismo motivado pela revolução tecnológica como a base material desta sociedade onde a produção de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais tornaram-se dependentes da capacidade tecnológica de sociedades e indivíduos – com destaque para a tecnologia da informação, indispensável na formação de redes e na transformação da vida social e econômica, hoje caracterizada pelo domínio de um capitalismo globalizado e no qual a exclusão de povos e territórios se define objetivamente a partir do seu valor para este capitalismo,

Como não podia deixar de ser é no campo da educação que esta “outra globalização”, a da exclusão, parece exercer maior influência, particularmente em países com grandes extensões territoriais e diferenças regionais históricas como o Brasil, pois é inegável o alto custo do desenvolvimento de programas educacionais de largo alcance e a quase inviabilidade de se atingir a quantidade de pessoas que demandam por estes programas, provocando deste modo uma ampliação do quadro de desigualdades, cada vez mais difícil de ser superado à medida em que a dominação econômica se apresenta mascarada pela técnica, conforme alerta Jürgen Habermas:

Já em 1956, ..., Marcuse chamara a atenção para o peculiar fenômeno de que, nas sociedades capitalistas industriais avançadas, a dominação tende a perder o seu caráter explorador e opressor e a tornar-se “racional”, sem que por isso se desvaneça a dominação política.¹²

Ainda destacando a importância do papel da técnica, afirma Habermas:

O pensamento de que as relações de produção pudessem medir-se pelo potencial das forças produtivas desenvolvidas fica cerceado pelo fato de que as relações de produção existentes se apresentam como a forma de organização tecnicamente necessária em uma sociedade racionalizada.¹³

⁹ CASTELLS, Manuel. (2001)

¹⁰ CASTELLS (2001), p. 140.

¹¹ CASTELLS (2001)

¹² HABERMAS (1968-1987) p. 47.

¹³ Idem, p. 48.

Da cultura

Cumpramos destacar os aspectos ligados à cultura, que contribuem para a reprodução desta sociedade dividida pela tecnologia, podendo se dizer que é ao mesmo tempo sua causa e consequência, pois, se por um lado, como afirma Castells, “não existem revoluções tecnológicas sem transformação cultural”¹⁴, por outro, não podemos negar o papel da tecnologia na conformação da cultura de uma sociedade.

Dentre as inúmeras definições de cultura, a mais simples e a que mais me parece universal é a que nos apresenta Eliot: “cultura é aquilo que torna a vida digna de ser vivida”¹⁵. De qualquer modo, é possível pensar-se em cultura como sendo um conjunto de aspectos, processos, rituais, hábitos, crenças e valores que permitem o reconhecimento de uma identidade a um determinado grupo social.

Com relação ao entendimento do que é cultura, é ainda Eliot quem afirma:

*Admite-se comumente que existe cultura, mas que ela é a propriedade de uma pequena parcela da sociedade; e a partir dessa admissão costuma-se derivar para uma de duas conclusões: ou a cultura pode ser apenas a preocupação de uma pequena minoria, e portanto não há lugar para ela na sociedade do futuro; ou na sociedade do futuro a cultura que foi a posse de poucos deve ser colocada à disposição de todos.*¹⁶

Na verdade, esta visão de cultura é uma visão parcial, freqüentemente utilizada pelos grupos hegemônicos, num processo de desqualificação dos setores dominados, classificando suas manifestações culturais como folclóricas, entre outras denominações de cunho depreciativo.

É necessária a inclusão destes setores dominados no seio da cultura da sociedade em rede, como instrumento de superação da situação de dominação existente nesta sociedade, num processo que pode ser denominado de “alargamento cultural”, no qual é absolutamente necessário que os aspectos, processos e crenças destes grupos também sejam incorporados pelos grupos hegemônicos – ou seja, o processo de alargamento cultural deve ocorrer em via de mão dupla.

Aqui parece interessante lembrar o que afirma Myriam Sepúlveda dos Santos, ao citar Gramsci, quando este trata do conceito de hegemonia na explicação do controle do Estado burguês sobre idéias e instituições no exercício da dominação política: segundo ele, a necessidade do uso da força física para realizar os propósitos das classes dominantes esta na razão inversa do controle que estas

¹⁴ CASTELLS (2001). p. 154.

¹⁵ ELIOT, T. S. (1988) p. 41.

¹⁶ Idem, p. 46-47

exercem no campo da cultura. Assim, o exercício do poder não seria resultado apenas de uma dinâmica direta resultante do desenvolvimento das forças produtivas e a superação da dominação exigiria um combate no nível das idéias e das formações culturais¹⁷.

Estas observações delineiam a educação como fundamental, numa dinâmica de superação desta situação de dominação e particularmente a escola, enquanto elemento central no necessário processo de alargamento cultural, em busca de maior inclusão social.

Mais uma vez, é importante citar Milton Santos, que entende que se vivemos uma globalização perversa, é possível “pensarmos na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana”¹⁸. Para ele, as mesmas bases materiais nas quais o grande capital se apóia para construir esta globalização perversa, (a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta) podem ser postas ao serviço de outros fundamentos políticos e sociais, entendendo ainda que as condições históricas do final do século passado indicam concretamente esta possibilidade.¹⁹

Milton acredita que tanto no plano empírico, quanto no plano teórico encontram-se as condições para construção deste novo mundo, ressaltando no plano empírico: “a mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes”²⁰, acrescida “graças aos progressos da informação, da mistura de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu”²¹, além do fato da “aglomeração da população em áreas cada vez mais reduzidas, permitirem um dinamismo maior àquela mistura entre pessoas e filosofias”²² e; no plano teórico, a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato”²³.

Este início de século vem se caracterizando pela ocorrência de grandes transformações de cunho econômico e social, que acenam com uma possibilidade concreta de superação do quadro de forte exclusão social, gerado por uma sociedade caracterizada por uma cultura na qual as tecnologias de informação e comunicação cumprem um papel de divisoras sociais e não de integradoras. Esta integração, entretanto, enseja o desenvolvimento de uma variada gama de políticas econômicas, industriais e sociais, função das diferentes conjunturas que envolvem cada um destes países.

¹⁷ GRAMSCI (1992).

¹⁸ SANTOS (2003). p. 20.

¹⁹ Idem, p. 20-21.

²⁰ Idem, p. 21.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

Pensar em uma sociedade mais justa implica em trilhar um caminho que conduza à modernização, com base em um sistema produtivo que não se caracterize pela acumulação selvagem de capital, resultante de um processo violento de espoliação de valor do trabalho e, conseqüentemente, de desprezo pelo homem, mas sim, baseado em um sistema produtivo que não apenas respeite o homem como elemento fundamental desse sistema, mas principalmente, que o trate como o objetivo central do processo, ou seja, trata-se de construir uma sociedade cujo fundamento ético seja o respeito à dignidade humana, o que implica, obviamente, na adoção de políticas de distribuição de riquezas coerente com o desenvolvimento produtivo, que permitam à sociedade como um todo - e não apenas a uma reduzida parte desta - se beneficiar do esforço coletivo.

Da educação

À primeira vista, falar em políticas de distribuição de riquezas, pode parecer que se trata apenas de remunerar melhor o trabalho, de distribuir parcelas de lucros ou outras formas diretas de distribuição de renda, porém, é necessário que sejam consideradas "outras riquezas", nesta distribuição, tais como a educação, por exemplo.

Assim, se é que se pretende uma transformação de fato na realidade dos países em desenvolvimento, é necessário que paralelamente ao desenvolvimento de políticas econômicas e industriais voltadas para a "modernização", sejam implementados consistentes programas educacionais. e, mais importante, que eles sejam conseqüência de uma longa e criteriosa reflexão por parte da sociedade e não da imposição de uma elite que se mostrou superada e perversa ao longo da história.

No campo da educação, particularmente no que diz respeito ao ensino universitário, parece necessária uma revisão dos métodos de ensino, via-de-regra fundados na transmissão acrítica de informações e em sua reprodução sistemática; do mesmo modo que parece urgente a reestruturação de modelos pedagógicos e gerenciais centralizadores e autoritários, voltados para a reprodução da ideologia dominante; o que implica em pensar uma educação democrática, que tenha como sua meta principal, a distribuição igualitária do saber, ou seja, trata-se de promover uma verdadeira "revolução educacional", capaz de promover, de fato, um alargamento cultural.

Em outras palavras, trata-se mesmo de repensar o modelo educacional, cuja racionalidade encontra-se na fundamentação ideológica da divisão social e do parcelamento do trabalho, como instrumentos de dominação.

Isto implica na necessidade de dotar os cursos universitários, de uma dinâmica tal, que permita a incorporação rápida de inovações, bem como na necessidade de os capacitar para a geração de conhecimentos, transformando seus currículos, não em meros espelhos de uma realidade ultrapassada, mas em verdadeiras "colméias" que mesclam as informações oriundas de uma sociedade em constante transformação.

Em outras palavras, é necessário oxigenar-se a educação universitária, de modo a permitir a construção de uma estrutura flexível o suficiente, para refletir com brevidade e seriedade, as transformações políticas, econômicas e sociais destes novos "tempos modernos".

O mundo tem a oportunidade, neste momento, de discutir novos parâmetros de desenvolvimento, com base no respeito à dignidade humana e à natureza, cabendo à educação um papel fundamental neste processo, não apenas pelo seu caráter crítico, mas principalmente por seu caráter distributivo.

Assim é fundamental o reconhecimento da educação como instrumento central do processo de libertação do homem, o que implica na necessidade do desenvolvimento modelos educacionais voltados para o afloramento do espírito crítico e para a produção de conhecimentos, o que, naturalmente, implica na revisão do atual modelo de ensino escolarizado que vigora em boa parte das instituições universitárias, onde o professor cumpre o papel de mero transmissor de informações e o estudante, de receptáculo das mesmas e sua transformação num modelo educacional voltado para o crescimento do indivíduo a partir de sua integração no processo de produção do saber, de modo que se reverta o atual quadro de dependência econômica, política, tecnológica e cultural, resultantes do processo de globalização.

Da educação à distância

A adoção sistemática da modalidade de educação à distância em todas as partes do mundo, parece haver entrado na ordem do dia e, embora ela não se constitua em novidade, a partir do avanço no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e da conformação da sociedade em rede, ela traz uma possibilidade real de interação entre seus atores até então, fundamentalmente feita através do correio e outros meios não tão eficazes.

Novas metodologias de ensino poderão sacudir a educação nos próximos anos, modificando, com certeza, o tradicional sistema "escolarizado" que caracteriza boa parte de nossas universidades, onde o professor estuda e o aluno "ouve" as reflexões do professor. Com certeza estaremos assistindo a

uma inversão deste processo, quando a tarefa de estudar será dividida entre o professor e aluno com ênfase neste último – permitindo ao professor a dedicação de mais tempo à pesquisa e reflexão.

Como já afirmou Belisário:

As técnicas não tradicionais de educação não são novidade; a Internet e as Intranets institucionais já não são mais novidade; a utilização do computador na educação, embora ainda recente, também não se constitui mais em novidade; porém, o desenvolvimento de um Sistema Educacional que conjugue estes instrumentos e idéias, com base em um rigoroso conceito de qualidade e na necessária dialogicidade, que seja capaz de incentivar o "participante" a estudar e aprofundar estes estudos (a partir de seu próprio ritmo e de suas necessidades), este sim, é um grande desafio.

A possibilidade de, afinal, construir um "Curso Livre", onde, a partir da elaboração e "disponibilização" de materiais básicos sobre uma série de "unidades de conhecimento", o estudante seja capaz de definir seu próprio curso e de, efetivamente, tomar parte no processo de construção do conhecimento, possibilitando ao professor o desempenho de um papel mais dinâmico e menos dogmático; este sim, se não se constitui em novidade, é o grande desafio para os educadores contemporâneos - em outras palavras, a possibilidade de converter o tradicional sistema de ensino, onde o professor estuda e o aluno "absorve" suas idéias, em outro onde "todos estudam" e constroem o conhecimento cooperativamente - esta sim, pode ser a grande transformação da educação para os próximos anos.²⁴

Tal proposição indica a necessidade de um sistema educacional que permita ao estudante o desenvolvimento de um processo contínuo de formação.

As pedagogias não tradicionais de educação podem permitir ao aluno a elaboração de um plano individualizado de estudos, que lhe garanta a possibilidade de conjugação de suas atividades profissionais com o desenvolvimento educacional contínuo exigido pela sociedade moderna, na qual os "tempos livres" tornam-se, a cada dia, menores.

É neste campo, o da educação, que os efeitos da "globalização perversa" mais podem se fazer sentir, pois se é possível que se imponham barreiras comerciais à realização de cursos de graduação e pós-graduação em instituições "estrangeiras", através da Internet, o mesmo parece não acontecer na relação entre as regiões mais ricas e as mais pobres dos países.

²⁴ BELISÁRIO (2001) p. 126

Em outras palavras, com a possibilidade de massificação da educação à distância, abrem-se as portas para que os centros mais poderosos, com capacidade de investir na virtualização de seus cursos, invadam as regiões mais pobres, impondo seus projetos acadêmicos de modo global, “massacrando” iniciativas locais, gerando desemprego no meio da educação e até, indo mais longe, as poucas iniciativas de realização de pesquisas.

Não há soluções para estes problemas até o momento, na verdade, estas questões começam a povoar as mentes dos educadores, porém é urgente que estes países invistam poderosamente no desenvolvimento de programas de educação à distância de qualidade, conformando-os como ferramenta importante no processo de rompimento com este quadro de dominação.

Do Desenvolvimento Consorciado

Embora inúmeras universidades em todo o mundo desenvolvam Programas de Educação à Distância, os efeitos da desigualdade econômico-social, agravada pela concentração do domínio das modernas tecnologias de informação e comunicação nos países e regiões mais ricas, vem produzindo um quadro extremamente negativo para os países em desenvolvimento, assediados cotidianamente por universidades poderosas que procuram “vender” seus cursos à distância e tecnologias associadas, como plataformas tecnológicas (ambientes virtuais), materiais didáticos, etc.

Este fenômeno ocorre nos planos internacional e nacional, considerando as fortes diferenças regionais que, via-de-regra, caracterizam os países em desenvolvimento. Em outras palavras, é quase como se tivéssemos uma “globalização interna”, levando a que os centros mais ricos concentrem a produção intelectual, impondo-a as regiões menos favorecidas.

O que se observa, portanto, é a educação à distância, associada às novas tecnologias de informação e comunicação, por um lado trazendo mais pessoas para as universidades e, por outro, constituindo-se em mais uma ferramenta de exclusão, ao reduzir a produção acadêmica local, marginalizando universidades que, apesar de apresentarem bons níveis de qualidade, possuem poucos recursos para investir neste campo. Ou seja, cria-se um outro tipo de exclusão, não o das pessoas que não conseguem acesso aos cursos oferecidos nos grandes centros, mas um tipo que exclui parcelas significativas de professores e pesquisadores do processo de construção de conhecimento, transformando-os em meros usuários de materiais didáticos e projetos pedagógicos desenvolvidas nos centros mais ricos.

Uma das ações que pode tornar possível a reversão deste quadro é a **produção consorciada**, ou seja, a formação de Consórcios de Universidades, em planos nacionais e internacionais, de modo a repartir a produção e oferta de cursos, reduzindo seus custos e democratizando o acesso à produção de conhecimentos.

Para que tal aconteça, entretanto, é necessário que se desenvolva uma política global de cooperação não comercial no campo da educação à distância, que garanta a distribuição democrática dos avanços obtidos pelas universidades mais poderosas.

No Brasil a adoção de consórcios vem crescendo entre as universidades públicas²⁵ e particulares²⁶, levando à redução dos custos e à democratização do processo de construção do conhecimento, evitando práticas despóticas e uma indesejada concentração da produção científica nos centros e universidades mais ricas do país.

A experiência que pode ser considerada mais adiantada no Brasil, até este momento, vem sendo a do CEDERJ, Consórcio de Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro, voltado para a oferta de cursos de graduação à distância.

Criado em 2001, a partir de iniciativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, o CEDERJ vem oferecendo cursos de licenciatura em Matemática, Biologia, Física e Pedagogia para as Séries Iniciais, estando ainda em fase de implantação do curso de licenciatura em Química e Geografia e o curso de Administração, entre outros, contando já com mais de 4.500 alunos matriculados e envolvendo direta e indiretamente dezenas de professores universitários e estudantes de pós-graduação de diversas universidades nas tarefas de monitoria.

Desenvolvido com base na experiência da UNED, com a criação de pólos de atendimento e apoio aos estudantes nas cidades do interior, sistema de tutoria presencial e à distância, o que o CEDERJ traz de novidade é a promoção de intensiva colaboração entre as 6 (seis) universidades públicas do Estado na definição dos cursos, na produção de material didático e na sua condução acadêmica, quando, independentemente da origem do professor e de uma eventual supremacia desta ou daquela Universidade na criação de um curso, sua oferta e condução acadêmica são partilhadas a partir da vinculação dos Pólos às Universidades, deste modo, mesmo que uma Universidade seja responsável pela certificação dos alunos de um determinado Pólo, os professores que atuam no curso (produzindo-o ou ministrando-o) são de diversas Universidades.

²⁵ UNIREDE – Rede Nacional de Educação à Distância, envolvendo as Universidades Públicas Federais e Estaduais.

²⁶ Rede de Universidades Católicas

Apesar das dificuldades de se integrar universidades acostumadas a concorrer na busca de estudantes e mesmo na produção científica, bem como aquelas oriundas de diferentes propostas educacionais, o CEDERJ vem logrando êxito em tal tarefa, levando a regiões do interior, uma educação superior antes restrita quase que totalmente à capital e, desta forma, acessível apenas aos estudantes que nela residem ou que disponham de recursos financeiros para seu deslocamento e, como produto indireto, vem pulverizando os tão conhecidos “feudos acadêmicos” que, via-de-regra, caracterizam a vida universitária, inclusive oferecendo gratuitamente o material didático produzido, para universidades de outros Estados do Brasil.

Para encerrar este artigo, parece oportuno voltar a fazer referência ao Manifesto Comunista, citado no início do mesmo: se naquela ocasião Marx e Engels propunham a união de todos os proletários do mundo, como forma de superar o quadro de desigualdade e injustiça que se apresentava, hoje, parece oportuno que, em nome da construção da paz universal, chamemos os educadores de todo o mundo a nos unirmos na luta pela superação de todas as barreiras e fronteiras que nos separam, através do desenvolvimento de uma ação comum, sem fins comerciais, para promover o desenvolvimento da educação e, em particular, da educação à distância em todo o mundo, de modo cooperativo e democrático.

ABSTRACT

O artigo situa a educação à distância como ferramenta de inclusão social, em um contexto de desigualdades e de dominação, conseqüentes de um processo de globalização, no qual as novas tecnologias de informação e comunicação exercem um papel preponderante na consolidação e ampliação das diferenças internacionais e regionais (internas aos países em desenvolvimento). Porém, seu foco central não se situa na questão da inclusão das massas excluídas do sistema educacional e sim, sobre a exclusão que ocorre no meio acadêmico e científico, com relação ao processo de construção do conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da educação e, em particular, no campo da educação à distância; apresentando ainda, a construção de Consórcios de Universidades nacionais e internacionais, como uma das formas de superação desta exclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (53 - 81)
- BELISÁRIO, Aluizio. Educação à distância & internet: a virtualização do ensino superior. Revista ADVIR, Rio de Janeiro: Associação de Docentes da UERJ, Setembro de 2001.
- CASTELLS, Manuel. O informacionalismo e a sociedade em rede. In: Himanen, Pekka. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 137-154.
- DOS SANTOS, Myriam Sepúlveda. Cultura, globalização e crítica social. In SILVA, Josué Pereira. Crítica Contemporânea / Josué Pereira da Silca, Myrian Sepúlveda dos Santos, Iram Jácome Rodrigues. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- ELIOT, T. S, Notas para uma definição de cultura. São Paulo, Debates, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista, Ediciones Pluma, Buenos Aires, 1974. p. 67-69.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RIZEKP, Beatriz A. In: Salas de Aula do Futuro – Centro Maria Antônia. <http://www.futuro.usp.br/pages/sala/sala.html>
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SARDENBERG, Ronaldo. Artigo publicado pelo Jornal O Globo em 9/9/96.